

38º Encontro Anual da Anpocs

SPG 19 – Repensando e ressignificando a economia, o mercado e seus dispositivos de legitimação

Os think tanks e o liberalismo econômico no Brasil - estudo de caso do Instituto Millenium

Luciana Silveira¹

¹ Consultora em políticas públicas, socióloga, pesquisadora associada na Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP). Mestra em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (IFCH-UNICAMP). E-mail: luciana.silveira@ufrgs.br – São Paulo, SP

Introdução

A partir de uma instituição específica – o Instituto Millenium – a proposta desta pesquisa é apresentar o fenômeno das instituições privadas, financiadas por pessoas físicas e jurídicas, dissociadas de partido político, mas não dissociadas da *prática política*. O propósito foi explorar as relações do Instituto Millenium com a imprensa, por meio de três veículos representativos, apresentando a organização do Instituto, suas ações e valores, no contexto da terceira onda de *think tanks* – instituições de defesa de valores organizadas em redes transnacionais, como uma tentativa de avançar na análise para além da constatação de que parte de seus conselheiros e fundadores são banqueiros de investimentos e “barões da mídia”. O Instituto Millenium é um veículo de divulgação de ideias, tanto quanto a própria imprensa: examinar se essas ideias são liberais, conservadoras, liberais-conservadoras, influentes nas linhas editoriais, essa foi nossa proposta. Nesta oportunidade o enfoque recai sobre a apresentação geral de seus especialistas e seus valores. Propõe-se ainda uma definição de *think tank* adequada ao tipo de organização que tem surgido no Brasil nos últimos anos: institutos destinados a promover as ideias de livre mercado.

Hoje, o Instituto Millenium se auto-qualifica como um “centro de pensamento” – rigorosamente, a versão em língua portuguesa do termo *think tank*: instituição sem fins lucrativos, liberal, no caso em tela, que reconhece o papel do Estado estritamente no provimento de serviços básicos, que exerce suas prerrogativas de instituição privada, mas apta a receber recursos públicos de renúncia fiscal e mesmo de algum dia estabelecer parcerias com o Estado.

Porém, este é um centro de pensamento que não produz pensamento; apenas o divulga, por meio da republicação de artigos ou de organização de palestras em salas de aula e redações de imprensa. Produz material audiovisual, ou seja, conduz entrevistas e divulga sonoras de seus especialistas. Cumpre dizer que seus especialistas não são exclusivamente seus: são detentores de elevado capital simbólico, às vezes também de capital econômico; atuam em mercado financeiro, em empresas de comunicação (como controladores ou funcionários), na educação superior e pós graduada. Poucos deles são apresentados pelos jornais como “especialistas do Instituto Millenium”; a instituição, em si, é parcamente citada pela grande imprensa no período de referência.

O ponto em comum entre organização e especialistas é o liberalismo. Mas qual liberalismo, uma vez que cada um tem a sua versão para consumo próprio – alguns com mais apreço por políticas sociais, outros a favor das privatizações indiscriminadas, outros favoráveis ao Estado limitado, outros ainda contrários ou favoráveis ao gasto social, e assim por diante? Tomou-se por base a carta de princípios e a linha editorial do Instituto Millenium uma vez que não há – ao menos não disponível ao grande público – estudos e pesquisas produzidos pelo Imil. Propõe-se como possibilidade factível que o Instituto Millenium seja um veículo de divulgação de ideias, a exemplo de um jornal ou uma assessoria de imprensa, o que corresponde à natureza essencial de um *think tank* de defesa de valores. Sendo um *think tank sui generis*, dado que possui linha editorial, os valores defendidos pela organização foram comparados com as linhas editoriais de três grandes jornais, em dois períodos específicos: o primeiro semestre de 2009, a fase aguda da crise bancária internacional de 2008 e também o pior ano da economia brasileira no decênio de 2000 se considerarmos estritamente os dados da PNAD 2009; e o segundo semestre de 2011, quando o advogado Paulo Uebel, então diretor executivo do instituto, deixou a organização, passando a ocupar seu lugar a jornalista Priscila Pereira Pinto.

Essa troca de comando agregou novos especialistas e desenvolveu novos projetos, para além do ciclo “colóquio-seminário-jantar” praticado até então, dando visibilidade maior à organização em outras esferas como, nomeadamente, as redações dos jornais e as salas de aula.

1. Os *Think Tanks*

Adotando-se parcialmente a agenda de pesquisa para os *think tanks* brasileiros proposta por Rigolin e Hayashi (2012), neste trabalho toma-se por premissa *para a realidade brasileira* as instituições formalmente institucionalizadas, sem fins lucrativos, que exerçam sua influência por meio da produção e transmissão de conhecimento tendo como objetivo final a mudança de políticas públicas, opinião pública e/ou legislação. Para o presente trabalho, recusa-se a exclusividade do critério “influência nas políticas públicas” delimitado em Acuña (cf. RIGOLIN, HAYASHI, 2012) e também em Stone (2000) porque isso eliminaria da paisagem uma gama de instituições que são associações civis com objetivo de influenciar nas opiniões sobre economia e política, mas que não são partidos políticos, associações profissionais, consultorias de políticas públicas ou

grupos de pressão. Os *think tanks* de defesa de valores tendem a ser conservadores ou liberais em função dos intelectuais que abrigam, com o objetivo de disseminar e popularizar tais visões de mundo (TEIXEIRA, 2007, p.142).

Na definição ortodoxa de *think tank* compreende-se as instituições com ou sem fins lucrativos que tenham por meta analisar e pesquisar políticas públicas com o objetivo de fomentar debates – seja em círculos estritos, como os de decisores e gestores públicos, ou em círculos amplos, como os de formadores de opinião, universitários e público em geral. Tais organizações podem ser contratadas por agentes governamentais para a produção de *outputs*, aptas a captar financiamento por legislação específica², vinculadas a departamentos universitários ou mantidas por redes transnacionais de instituições análogas.

É importante ter em mente que os *think tanks* são considerados instituições de elite, que de alguma forma tentam se inserir nos processos de políticas públicas, legitimados não por seu status de elite ou de *vox populi*, mas por sua expertise (McGann, Weaver, 2002 p.17). Fora do Brasil, despertam atenção crescente da população como fontes alternativas de informação sobre políticas públicas, como um contraponto às fontes oficiais de governo. Seus produtos são imateriais, mesmo quando dizem respeito a inovações tecnológicas: são ideias, são conceitos tangíveis apenas por seu suporte físico – antes, restrito ao papel; agora, portados também em forma digital.

“Livros e relatórios são os mais tangíveis produtos intelectuais da moderna fábrica de pensamento. Esforços para ter atraentes ideias para livros e para promover os livros após a publicação são as preocupações centrais daqueles que administram tais organizações, porque seu *mercado de ideias* é, em seu nível mais primário, uma questão de vender livros de *policy*”³ (SMITH, 1991, p. 191 – grifo nosso).

A esta perspectiva de Smith, contrapõe-se que não se trata apenas de vender livros e competir pela atenção dos decisores políticos e formadores de opinião. A prestação de consultoria para órgãos de governo, com a produção de relatórios restritos ao contratante, também é uma realidade desse mercado. No entanto, a literatura internacional versa,

² Como OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, regidas pela Lei 9.790/1999

³ “Books and reports are the most tangible intellectual product of the modern think factory. Efforts to come up with appealing ideas for books and to promote the books after they are published are central concerns of those who administer such organizations, for their marketplace of ideas is, at the most basic level, a matter of selling policy books”.

quase que exclusivamente, sobre o mercado editorial, enfatizando as publicações desses institutos nos campos da economia e da sociologia. Na definição adotada para a condução dessa pesquisa, os *think tanks* são instituições destinadas a influenciar no clima de opinião ou nas políticas públicas.

Para definir o que vem a ser clima de opinião, Andrew Denham e Mark Garnett trabalham com algumas conceituações. A primeira é dada por F.A. Hayek em 1949 como “essencialmente um conjunto de preconceitos muito generalizados pelos quais o intelectual julga a importância de novos fatos e opiniões⁴” (HAYEK, 1967, apud DENHAM, GARNETT, 1998, p.13). A segunda definição é menos obscura e data do começo do século vinte, de A.V. Dicey: o “corpo de crenças, convicções, sentimentos, princípios aceitos ou preconceitos firmemente enraizados que formam a corrente de opinião dominante em alguma época”, sendo que tal corrente “determina, direta ou indiretamente, o curso da legislação”; tal corpo de crenças e convicções pode ser inicialmente exposta ou contestada por um indivíduo, posteriormente seguido por “apóstolos da nova fé” (DICEY, 1905, apud DENHAM, GARNETT, 1998, p.13, livres tradução e versão)⁵. Com base especialmente nesses dois pensadores, Denham e Garnett formulam ser

“suficiente sugerir aqui que os *think tanks* visam explorar o que eles percebem como um clima [de opinião] favorável ou, se eles julgarem ser hostil, [visam] mudá-lo – e que a natureza e efeito desse clima seguem de perto as descrições de Dicey e Hayek”. (DENHAM, GARNETT, 1998, p.13.)⁶

Para Denham e Garnett, o estudo do clima de opinião pode ser um interessante caminho de pesquisa dado que os *think tanks* ganharam reputação invejável com os mídia nos países do Norte e apontam que tais instituições são, nesse sentido, insalubres para a democracia, funcionando como agências extra-oficiais de governo, não sujeitas ao escrutínio eleitoral e nem aos freios e contrapesos próprios de um governo democrático –

⁴ “[He] regarded it as “essentially a set of very general preconceptions by which the intellect judges the importance of new facts and opinions”.

⁵ “A.V. Dicey referred to the ‘body of beliefs, convictions, sentiments, accepted principles, or firmly-rooted prejudices’ which make up the ‘dominant current of opinion’ at a given time. Dicey believed that this current ‘determined, directly or indirectly, the course of legislation’, and that the dominant opinion is first expounded by a single gifted individual. A group of ‘apostles of a new faith’ spring up (...)”

⁶ We explore the concept of a climate or dominant current of opinion (...); it is sufficient here to suggest that *think tanks* either seek to exploit what they perceive as a favourable climate or, if they believe that it is hostile, to change it – and that their idea of the nature and effect of this climate follows closely the descriptions provided by Dicey and Hayek.

desobrigados, portanto, a lidar com a responsabilidade dos efeitos de suas proposições. Além disso, sempre de acordo com os autores, sua influência no debate público pode vir a ser explorada pelos membros e patronos dos centros de pesquisa.

Os *think tanks* se caracterizam por sua produção de ideias e pela tentativa de influenciar as formações de opinião e pensamento dos agentes, no tocante à formulação de políticas públicas. Essas instituições aglutinam pesquisadores e possuem caráter multidisciplinar, dedicados a pensar soluções politicamente relevantes, aplicáveis a problemas concretos.

Portanto, ao se referir aos “*think tanks* liberais” neste artigo, na verdade se alude às instituições que reúnem uma elite intelectual destinada a propagar os valores do liberalismo, com ênfase no liberalismo econômico: são instituições destinadas a persuadir a opinião pública de que “menos (Estado) é mais”; que as regulações trabalhistas e os serviços públicos do Estado são entraves ao crescimento econômico e alocação ineficiente de recursos escassos; que a decisão política de distribuição de riquezas é ilegítima, ferindo o Estado de Direito e as liberdades individuais; que políticas de ações afirmativas rompem com a igualdade formal e com a meritocracia; que os contratos são pactuados em liberdade entre adultos que consentem e como tais devem ser respeitados; que as políticas de bem estar social são coletivistas; que a política e os políticos são corrompidos e corruptos; que a liberdade é a ausência de impedimentos.

Tais instituições produzem e/ou divulgam rankings de liberdade econômica entre os países, de transparência dos gastos de governos, de percepção da corrupção; produzem livros, artigos, palestras, seminários, fóruns, colóquios, vídeos e áudios sobre o funcionamento e as vantagens da economia de mercado, livre da interferência de governos. O Instituto Millenium se encaixa parcialmente nessa classificação, uma vez que as pessoas vinculadas aos *think tanks* tendem a produzir artigos e livros que são produtos de pesquisas ou de reuniões, não sendo este o caso da organização em tela.

2. O Instituto Millenium

Há uma distinção entre liberal e neoliberal. No desenvolvimento da pesquisa de campo e na literatura coligida, foi possível perceber a existência de distinções significativas. O liberal tende a priorizar as liberdades individuais e/ou econômicas, enquanto o neoliberal, no Brasil, defende regulamentações estatais por meio das agências

regulatórias e políticas de regulação em setores específicos. O neoliberal deseja reduzir o escopo de atuação do ente estatal como produtor e agente econômico, mas não sua capacidade reguladora e coibidora da formação de monopólios privados. Eventualmente, neoliberais e conservadores convergem para os mesmos objetivos anti-esquerda, uma vez que concordam no campo econômico e reconhecem no pensamento de esquerda um inimigo em comum.

O Instituto Millenium (Imil) foi fundado em 2005 com o nome de “Instituto da Realidade Nacional” pela economista Patrícia Carlos de Andrade. Em abril de 2006, no XIX Fórum da Liberdade realizado em Porto Alegre, o instituto foi lançado com o nome que ostenta até os dias de hoje. Um mês após a estreia do Instituto de Estudos da Realidade Nacional, Patrícia Carlos de Andrade, Eduardo Viola (UnB) e Héctor Leis (UFSC) publicaram um artigo em O Estado de São Paulo no dia 13 de abril de 2005, intitulado “Revolucionando a agenda política”, no qual foi relatado o evento realizado em março. Nesse artigo, os autores diagnosticaram a existência de um vácuo onde deveria estar a direita política:

Falta-nos corrente político-cultural de direita moderna, que apresente alternativas de **avanço** para o País na conclusão da transição entre o forte estatismo que sempre caracterizou a sociedade brasileira e a real democracia de mercado, nunca antes experimentada. Movemo-nos sempre na direção de um **senso comum raso** que circula da esquerda à centro-esquerda e tem por anos criado fortes obstáculos ao crescimento e à modernização do País (LEIS, 2005, grifos nossos)

Apresentam, como formadores de opinião, os “partidos políticos, associações empresariais e profissionais, movimentos sociais, universidades, mídia”, que não estariam “cumprindo com sua responsabilidade tradicional de estabelecer debate público de qualidade”. E apresentam o signo do *avanço*, o exemplo que vem dos países desenvolvidos e dos “emergentes mais bem-sucedidos, um novo ator [que] tem ganho papel de destaque: o *think tank*”:

Trata-se de um centro de pesquisa que reúne acadêmicos, especialistas e operadores políticos de alto padrão para produzir e difundir ideias políticas e para formular políticas públicas, sua promoção e implementação **por meio das mais avançadas técnicas de publicidade. A maioria possui identidade política clara, mas geralmente não tem vínculo partidário orgânico**, uma característica que o distingue de outros grupos de estudos políticos. (ANDRADE, LEIS, VIOLA, 2005, grifos nossos)

Os *think tanks* são apresentados pelos autores como o oposto do pensamento próprio do senso comum. A palavra *ciência* não é mencionada em momento algum, mas está implícita; da mesma forma, o termo *elite* não está escrito, mas seu sinônimo está presente no texto (“alto padrão”). O *think tank* seria o equivalente da República dos filósofos de Platão, ou ainda, um interlocutor à altura dos veículos de comunicação de massas:

Os *think tanks* têm cumprido este papel, em nossa época, ao fugir do senso comum e pôr em discussão, de forma clara e qualificada, os processos que impedem o avanço da sociedade. Eles tem sido os atores mais capazes de nutrir as democracias de massas da era de informação com propostas modernas, audaciosas e ao mesmo tempo realistas (...) (ANDRADE, LEIS, VIOLA, 2005, grifos nossos)

Não são os filósofos os atores “capazes de destravar o debate e permitir nova compreensão da realidade”, porém. Não são os sociólogos como Héctor Leis, nem os cientistas políticos como Eduardo Viola; mas sim os empresários:

Mas há algo mais que explica a força do think tank de mudar os rumos da sociedade: **a visão de longo prazo da classe empresarial e seu comprometimento com o futuro de seu país. Os empresários formam o único grupo capaz de dar o suporte financeiro necessário para a existência de um think tank.** (ANDRADE, LEIS, VIOLA, 2005, grifos nossos)

Após apontar o papel do *think tank*, sua ciência em oposição ao senso comum e postular a união entre pensadores e empresários, os autores especificam como os empresários comprometidos com o futuro de seu país, podem contribuir:

Por meio de apoio às iniciativas do empreendimento, de patrocínio, de encomendas de pesquisas e cursos, de doações diretas, são fundamentais para atrair e manter equipe de profissionais altamente qualificados, apta a produzir debates, artigos, livros, **documentos destinados a grupos de influência específicos, com linguagem acessível e atraente e, ao mesmo tempo, calcados em conhecimento sólido da tradição e da modernidade do pensamento ocidental.** (ANDRADE, LEIS, VIOLA, 2005, grifos nossos)

Esse artigo funciona como um manifesto do instituto recém-lançado. As características apresentadas se aproximam das qualidades de um *think tank* de tipo acadêmico, ainda que em sua práxis tenha outros contornos. O modelo proposto pelo Instituto de Estudos da Realidade Nacional não vingou, especialmente após sua refundação e lançamento como Instituto Millenium. O que não quer dizer que a forma de organização tenha mudado: afinal, a equipe administrativa do Imil não produz estudos e

análises como o *Brookings Institute*, por exemplo; seus articulistas e especialistas não são funcionários ou consultores remunerados pela instituição, o que expõe a deficiência de se adotar a classificação ortodoxa, estrangeira, do que pode ser considerado um *think tank*.

Há uma semelhança entre o objetivo do presente Instituto Millenium e do Instituto de Estudos da Realidade Nacional, uma vez que ambos advogam a liberdade como um de seus valores. É possível supor que, em sua refundação com novo nome, sua atuação tenha continuado discreta e talvez até mesmo despercebida. Em junho de 2007 o instituto passou por outra renovação:

“As análises de nosso potencial – baseado na capacidade de mobilização e de grande número de reconhecidos formadores de opinião e na produção de conteúdo de alta qualidade – e de nossas dificuldades, principalmente advindas de pouca clareza dos princípios, missão e estrutura organizacional, diagnosticadas como causa da pouca eficácia no esforço de levantamento de recursos, apontaram para a necessidade de reformulação de nossas atividades” (INFORMATIVO número 01, 2008, p.2)

O código de valores do Imil constantemente se reporta à Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948. A instituição defende o Estado de Direito; as liberdades individuais; a responsabilidade individual; a meritocracia; a propriedade privada; a democracia representativa; a transparência; a eficiência, eficácia e efetividade; a igualdade perante a lei. Esses são os valores dos quais os membros, colaboradores e entidades parceiras devem comungar com o Millenium. Nos parágrafos abaixo, destacam-se alguns pontos pertinentes a cada uma dessas características⁷.

Em sua Linha Editorial, o Instituto Millenium explicita que reúne “pessoas e entidades com diferentes visões de mundo, mas que comungam os valores e respeitam a linha editorial da entidade”: ao mesmo tempo em que seus especialistas podem divergir individualmente sobre algum tópico, devem comungar com os valores da organização nos seguintes temas: política, economia, conjuntura nacional e internacional, sociedade, cidadania e justiça.

A maior parte dos valores elencados em “Missão, Visão, Valores”, como as liberdades e responsabilidades individuais, a propriedade privada, a transparência e a igualdade perante a lei já estão suficientemente contidos na descrição “Estado de Direito”

⁷ Para fins de contextualização, é possível consultar tais documentos nos anexos da dissertação de mestrado que serve de base ao presente paper, uma vez que os pontos ora destacados são recortes com o objetivo de reconstituir o “liberalismo” do Instituto Millenium.

– que vem a ser o império da lei, a legalidade, a segurança jurídica, princípio de publicidade dos atos de governo, respeito às minorias, a garantia do devido processo legal e direito à defesa, dentre outras características elencadas que são familiares ao regime democrático, regido por instituições impessoais. Que cada um desses valores tenha recebido uma descrição à parte remete à prioridade que a organização lhes destina. Alguns itens aparentemente alheios fazem parte dessas definições. Em “Estado de Direito”, por exemplo, lê-se “redução do populismo e do assistencialismo”. As definições da instituição para o que ela mesma considera populismo e assistencialismo inexistem.

No tocante às liberdades individuais, pode-se destacar a “defesa perene da liberdade de escolha, em todos os seus desdobramentos”, inclusive a “livre circulação de bens, pessoas e capital”. Na concepção de que todo direito enseja um dever correspondente, o item seguinte da lista de valores é a responsabilidade individual, como a “responsabilização dos indivíduos pelo próprio futuro” e a “redução da dependência do governo”. É possível inferir que o instituto defende a redução da participação do Estado nos gastos sociais públicos, ou seja, a organização não se alinha com a social democracia. Os clientes do Estado não devem sê-los, portanto, no âmbito social. Em relação à meritocracia, destacam-se a “premiação ao esforço individual; recompensa a dedicação; estímulo ao trabalho; estímulo ao estudo; garantia do gozo dos frutos do trabalho” e a contrapartida de “redução da acomodação; redução do nepotismo e apadrinhamento”.

No item “propriedade privada”, encontra-se nova redundância ao se preconizar “respeito ao fruto do trabalho”. Também em “propriedade privada” se alocou novamente a “garantia da liberdade de expressão, principalmente, da liberdade de imprensa”. O sentido dessa inclusão causa estranheza: se tudo o que possa ser alienado a outrem mediante contrato voluntário constitui propriedade privada, então a liberdade de expressão também é alienável? Há, nesse aspecto, uma defesa dos produtos da liberdade como mercadorias comercializáveis, a exemplo do papel-jornal vendido em bancas. Ainda em Propriedade Privada, por “direitos das minorias” entende-se que a garantia destes “permite que todas as pessoas, sem distinção, sejam proprietárias dos meios de produção, sem privilégios ou diferenças”, o que mais uma vez remete à equivalência de direitos e mercadorias.

Na defesa à democracia representativa, o Instituto Millenium entende que este modelo, em oposição à democracia direta, permite a “punição dos indivíduos por abusos” e “impede a criação de líderes messiânicos”. A democracia representativa remete ao item “Igualdade perante a lei”, com a “restrição a criação de privilégios para determinados grupos de interesse” e a “vedação a racialização dos cidadãos”, além da “restrição ao surgimento de políticos populistas”.

Em “Transparência” e “Eficiência, eficácia e efetividade” estão pressupostos o “aumento do controle sobre a qualidade dos serviços públicos” e “serviços públicos proporcionais ao tamanho da carga tributária”, com “programas voltados para a população, e não para a burocracia”. As ações e programas devem gerar “resultados concretos e mensuráveis”, com “possibilidade de fiscalização pela sociedade civil e imprensa” e “maior possibilidade de análise dos resultados de governo”. Além disso, um item chama a atenção: “diminuição da perseguição política de desafetos do governo”, o que leva a crer que há algum autoritarismo em curso no país.

Em linhas gerais, os valores centrais do Imil são esses. No plano social, a defesa das liberdades individuais e da propriedade privada; separação dos poderes; ordenamento jurídico e segurança jurídica. No aspecto do Estado, a responsabilização dos agentes públicos (*accountability*), a utilização racional dos recursos públicos e ambientais, a melhoria dos serviços públicos. Em todos os casos, defende-se a punição da corrupção, medidas e instâncias de fiscalização e empoderamento da imprensa e da sociedade como um todo nesse quesito. Apesar de seu declarado apartidarismo é possível vislumbrar uma atuação política de oposição em postulados como a “diminuição da perseguição política” e a “restrição aos políticos populistas”. O indivíduo está no centro da ação: ele é responsável por seu presente, por seu futuro, goza de direitos e está obrigado por deveres, sem populismos ou assistencialismos (excessivos ou não).

De acordo com o que vai exposto nos parágrafos anteriores, pode-se depreender que os valores do Instituto Millenium não estão orientados pelo anarco-capitalismo (fim do Estado, substituição deste pelo Mercado) e nem pelo liberalismo estrito, como o defendido pela Escola de Chicago, uma vez que admite a existência de serviços públicos oferecidos pelo Estado – ainda que não esteja claro nesse texto específico se tais ações e programas de Estado devam ir além da administração da justiça e adjudicação de

conflitos, que são característicos do ideário liberal. Os valores do Imil não são valores da social democracia tampouco, uma vez que o principal pilar desse regime – a proteção social – não está representado nos postulados da organização ao se defender que cada indivíduo é responsável por seu futuro, por suas escolhas, sem considerar o papel das vicissitudes na condição humana. Ao defender a eficiência e eficácia das ações e programas de governo mensuráveis por algum critério supostamente objetivo, o Instituto Millenium se aproxima da defesa do modelo de Estado gerencial e de cidadãos-clientes que caracterizou os governos que aderiram ao Consenso de Washington, com a redução de gastos sociais: uma vertente que se convencionou chamar de neoliberalismo.

As finalidades principais da instituição de acordo com o estatuto do instituto são: (1) Estudos e Pesquisas, (2) Defesa de Direitos de Grupos e Minorias, (3) Outras Formas de Desenvolvimento e Defesa de Direitos. As listas de atividades⁸ segundo o estatuto são: (1) Pesquisa em Ciências Sociais, Políticas e Humanas; (2) Defesa dos Direitos Humanos; (3) Civismo. Exceto pelas sondagens – que a nova direção do Imil já não realiza – não está claro quais pesquisas em “Ciências Sociais, Políticas e Humanas” foram conduzidas pela organização. Estudos e pesquisas desenvolvidas em ambiente acadêmico requerem cientistas e crítica dos pares. A julgar pelo número de especialistas – isto é, de colaboradores – com mestrado e doutorado, há massa crítica suficiente para que estudos sejam conduzidos no âmbito do Instituto Millenium, mas ao menos até o início de 2014, isso não aconteceu.

Definidos pelo estatuto, seus públicos específicos são: (1) Comunidades científicas, (2) Lideranças comunitárias e (3) estudantes. Pode-se dizer que esses públicos têm sido atingidos, uma vez que há representantes de comunidades científicas entre os membros e colaboradores da instituição. Da mesma forma, há empresários e estudantes. Alargando o sentido do termo, podem-se considerar os “empresários” como “lideranças comunitárias”, uma vez que o já referido artigo publicado em OESP pelos fundadores do instituto, supõe que os condutores da mudança social são os empresários.

⁸ Veja Silveira, 2013, Capítulo 2, para as atividades desenvolvidas pelo Instituto Millenium nos anos de 2005 a 2012.

3. Quem são os articulistas e especialistas?

De acordo com a direção executiva, os articulistas são colaboradores intelectuais que procuram, mas também são procurados pelo instituto, para divulgar algum tipo de produção própria veiculada anteriormente em outro meio de comunicação. Tal cessão ocorre porque os articulistas compartilham dos valores do instituto: são colaboradores vinculados a outras instituições e que encontram no Millenium uma forma de ampliar a divulgação do que publicaram. Já os especialistas são pessoas que estão autorizadas a falar oficialmente em nome do Imil.

Nem sempre essa filiação, na falta de melhor expressão, está claramente explicitada por conta de motivo profissional: o especialista pode ser vinculado a alguma instituição acadêmica ou consultoria e muitas vezes prioriza a apresentação desse vínculo, quando entrevistados. Segundo sua diretora executiva, essa prática estaria relacionada a razões contratuais, ou seja, por motivos profissionais é preciso se apresentar como membro de outra instituição que não o Imil. De toda forma, os especialistas são orientados a, quando possível, em algum momento, deixar claro verbalmente que estão relacionados à organização.

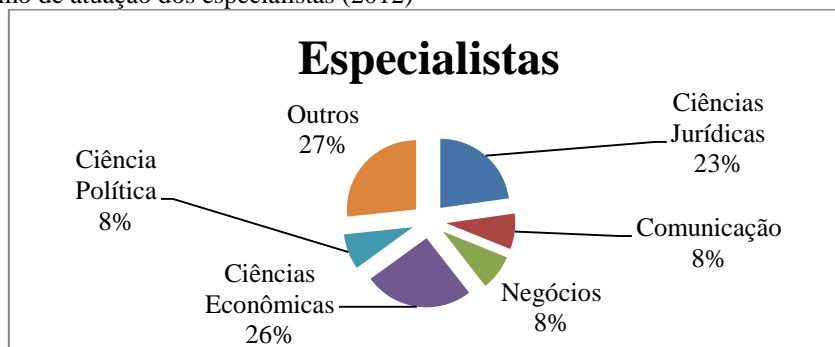
Foi solicitada uma lista com os nomes dos “vinte especialistas” autorizados a falar em nome da organização, mas o pedido não foi atendido. Havia um indício para conhecer os nomes: se falam em nome da instituição, provavelmente foram apresentados como especialistas nos *podcasts* e *videocasts*. No andamento da pesquisa foi possível constatar que essa taxionomia é desconstruída mesmo quando se leva em conta apenas o que tem sido divulgado pela organização em seu portal.

A partir do critério exposto pela direção executiva foi verificado como as pessoas são apresentadas no Portal: a) em suas biografias na seção “Articulistas e Especialistas”; b) nos *podcasts*; c) nos *videocasts*; d) nos mídias; e) no blog; f) no blog mantido pelo Instituto no Portal da revista Exame, cujas publicações remontam ao ano de 2008; g) pela participação nos programas “Imil na Sala de Aula” e “Imil nas Redações”.

A partir da análise dos materiais disponíveis, percebe-se que a distinção de quem é especialista, articulista ou convidado é confusa. Não está ancorada em critérios de produtividade (número de textos submetidos, participações em eventos), nem em algum

critério claro. Dado que até mesmo convidados são citados em textos produzidos pela equipe de comunicação do *site* como especialistas, pode-se inferir que “quem pode falar em nome do Instituto” – isto é, quem está apto a ser encaminhado aos programas de rádio, de televisão e entrevistas com jornalistas – é um critério subjetivo, quiçá ao sabor do momento. O que está disponível é uma lista de nomes disponíveis para participar dos programas Imil na Sala de Aula e Imil nas Redações que consistem, basicamente, em palestras.

Figura 1 - Ramo de atuação dos especialistas (2012)

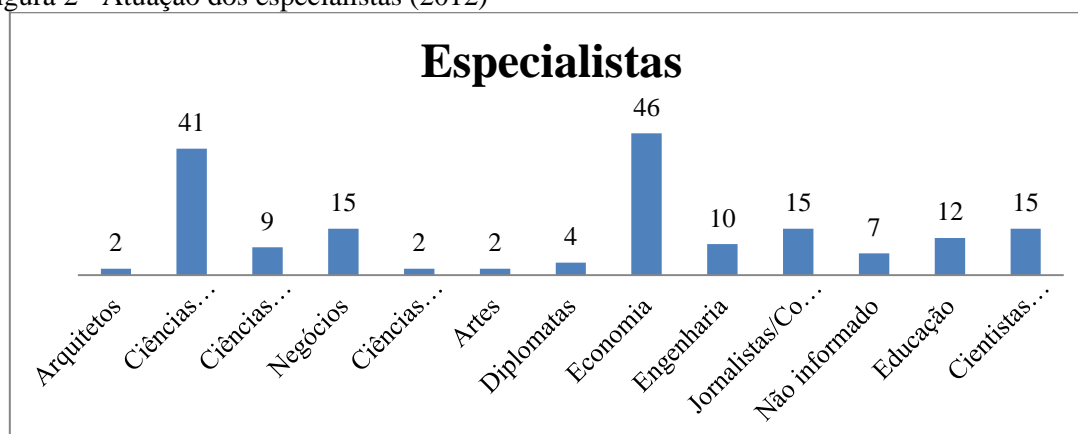


Fonte: Seção “Especialistas”, Instituto Millenium. Elaboração: Luciana Silveira

Com base na lista de especialistas divulgada em dezembro de 2012 no site, tem-se que os economistas constituem a maioria dos colaboradores (46 pessoas), seguidos por pessoas do mundo jurídico – juiz, procuradores de Justiça, advogados, consultores jurídicos, juristas (41 pessoas). Profissionais de Comunicação como blogueiros, publicitário e jornalistas são o terceiro grupo mais representado, contando com 15 pessoas, mesmo número de cientistas políticos⁹ e de empresários e empreendedores – este grupo não declarou formação ou profissão em suas biografias, destacando o maior peso da atividade empresarial em suas apresentações no site.

⁹ Nessa amostra, os cientistas políticos se configuram como categoria à parte dos demais profissionais de Ciências Humanas/Sociais dado que em número, ultrapassam a soma de antropólogos, sociólogos, geógrafos e profissionais de Letras.

Figura 2 - Atuação dos especialistas (2012)



Fonte: Seção “Especialistas”, Instituto Millenium. Elaboração: Luciana Silveira

No tocante à escolarização desse grupo tem-se que a maioria é composta por doutores (47) e um número significativo (32) de pessoas que “não informaram” seu grau de instrução – dentre os quais, cinco professores titulares de universidades públicas ou de pós-graduação em instituições de ensino particulares. Desconsiderando-se tais professores do universo (que, supõe-se, tenham no mínimo a titulação de mestre), o Instituto Millenium tem como colaboradores 47 doutores e 32 mestres declarados.

Figura 3 – Instrução escolar dos especialistas¹⁰ (2012)



Fonte: Seção “Especialistas”, Instituto Millenium. Elaboração: Luciana Silveira

Considerando-se ainda o universo de especialistas, cerca de dezenove (mais de 10% do total de especialistas) estão inseridos em veículos de comunicação na qualidade de colunistas, articulistas, funcionários ou blogueiros de grandes portais de comunicação; dois são ex-funcionários de grandes veículos e há um empresário de comunicação. Ao todo, são vinte e dois especialistas com algum trânsito nesse meio (12,2% do total). Até

¹⁰ Rótulos respectivos, da esquerda para a direita: Livre Docente; Pós-Doutor; Doutor; Doutorando; Mestre; *Master of Business Administration*; Mestrando; Pós-graduado (lato sensu); Bacharel; Não informado.

dezembro de 2012, somados, os especialistas tinham publicado aproximadamente 3.105 artigos no portal do Imil – “aproximadamente” porque as atualizações do portal são diárias.

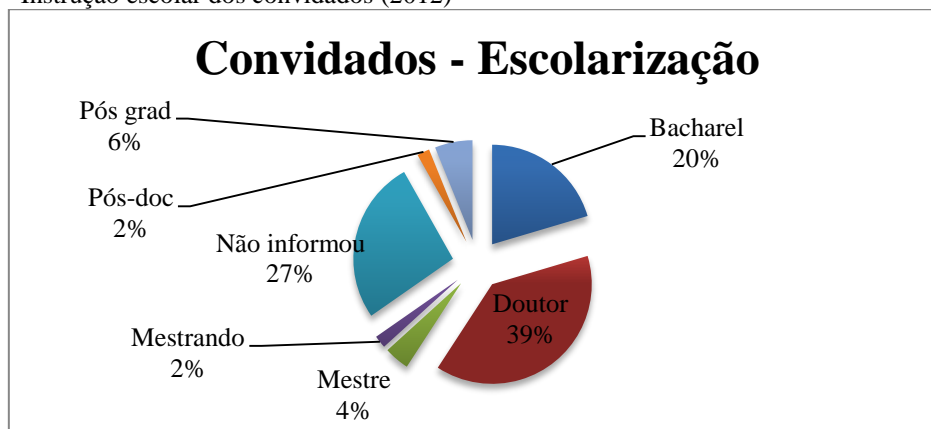
Em relação aos convidados, o universo é menor: são 49 nomes. Em sua maioria, economistas (16) e comunicadores (13). Considerando-se todos os convidados, ao menos 18 deles tem alguma presença nos mídia, como editores, articulistas e colunistas. O Globo (OG) é o jornal com maior número de articulistas e colunistas: são 9, enquanto O Estado de São Paulo (OESP) está representado com 8 nomes. Em 6 casos, há duplicidade: o mesmo colunista publica em OG e em OESP.

Quando se leva em consideração as publicações da Infoglobo e do Grupo RBS, parceiro das Organizações Globo, tem-se 18 jornalistas (articulistas, colunistas, editores), sendo que um deles não especificou para qual veículo escreve. Desses 17 restantes, 11 deles publicam nessa família de veículos de comunicação: O Globo, Zero Hora, Revista Época. Outros 2 publicam no jornal “Valor Econômico”, uma propriedade conjunta de O Globo com a Folha de São Paulo. Nesse caso, ao menos 13 dos 18 articulistas (no total) colaboram com a Infoglobo. Outros 4 escrevem para as revistas Veja, Isto É e para os jornais Brasil Econômico e Folha de São Paulo. Estão representados quatro grandes grupos de comunicação do país: Organizações Globo, Grupo Folha, Grupo Estado e Grupo Abril. Destes, apenas o Grupo Folha não possui representante direto na estrutura de câmaras e conselhos do Instituto Millenium.

A elevada escolaridade do grupo de especialistas se repete também entre os convidados. São 19 doutores e 10 bacharéis. 13 pessoas não informaram escolaridade, mas ao menos 4 completaram curso superior (3 economistas e 1 filósofo, ou seja, 30,7% dos que não informaram titulação).

A reunião dessas duas competências (técnica e social) aglutina o ativismo político dos especialistas reunidos no Instituto Millenium, dado que não há a informação de que eles recebam incentivo econômico para participar; pelo contrário, há dentre eles ao menos um mantenedor da instituição. O *networking* profissional que advém de se reunir em uma instituição e a consequente exposição nos mídia que o Instituto Millenium proporciona, não explicam isoladamente tal adesão.

Figura 4 – Instrução escolar dos convidados (2012)



Fonte: Seção “Convidados”, Instituto Millenium. Elaboração: Luciana Silveira

Todo esse capital simbólico reunido remete ao que Pierre Bourdieu escreveu sobre a produção da opinião (BOURDIEU, 2006, p.371-433) como parte de seu projeto analítico mais amplo sobre as classes. Especificamente, sobre o modo de produção da opinião, Bourdieu trata da “problemática legítima” ou “o campo do pensável politicamente” e a competência de quem responde um *survey*. Para Bourdieu, o sentimento de incompetência do sujeito leva a recorrer ao *expert*, o detentor de capital simbólico – que vem a ser a forma reconvertida do capital econômico em Bourdieu, 2006 (p.211). O especialista – isto é, aquele que detém a competência técnica – para enunciar e responder às questões políticas, para “implementar uma cultura política específica”, deve também estar convocado a tal, ou seja, deve ser socialmente competente (BOURDIEU, 2006, p. 382-383).

“Isso significa que a relação entre classe social e as opiniões políticas varia segundo a classe social, ou seja, segundo o modo de produção da opinião mais frequente nessa classe: a probabilidade de produzir uma resposta propriamente política para uma pergunta constituída politicamente cresce à medida que se sobe na hierarquia social (e na hierarquia das rendas e dos diplomas escolares)” (BOURDIEU, 2006, p.400)

Além disso, tais especialistas tendem a se conduzir de acordo com a lógica do índice de audiência que, segundo Bourdieu (1997), permeia os conteúdos dos noticiários. Para Medvetz, esse especialista é do tipo “jornalista”, uma vez que simplificam ideias complexas, o suficiente para que caibam em sonoras e no tempo do jornal (MEDVETZ, 2006, apud TEIXEIRA, 2007, p.75-76); são *fast thinkers* que oferecem ideias pré-digeridas, propensos a se tornar fontes jornalísticas, sempre dispostos a conceder uma entrevista ou artigo (BOURDIEU, 1997, p.38-41).

A interação entre os profissionais de ambos os segmentos – centros de pensamento e imprensa – resulta no funcionamento do sistema-perito, que produz notícias e reportagens. Tais notícias e reportagens são informações; como tais, são verdades, mas não pelos critérios da verdade científica: são verdades seletivas, uma vez que os meios de comunicação, segundo Luhmann (2005, p.57-64), se interessam pelo que é “verdadeiro sob condições fortemente restritivas”. Assim, para que um especialista seja relevante para os meios de comunicação como notícia, é preciso que também ele atente para as condições da notícia, que não são as mesmas condições da verdade científica que, em alguns casos, lhe possibilitou o acúmulo de capital simbólico – sem o qual ele não seria um especialista e não teria direito a participar da verdade representada.

Se nos anos de 1990 foi cunhada a expressão “mercado de ideias” em referência aos produtos dos *think tanks*, do que realmente se trata, nos *advocacy think tanks* no Brasil, é o que Hayek chamou de “guerra de ideias”. Vender livros e artigos, lucrando com isso, não é o objetivo principal do Imil e de outras organizações semelhantes, mas sim oferecer o contraponto do que julgam ser as ideias dominantes, ainda que sob o discurso dos “clientes” desse mercado de ideias. Para tal, lançam mão não apenas dos portadores de diplomas que se inserem profissionalmente no mercado (refiro-me à iniciativa privada e às organizações de Terceiro Setor), mas também daqueles que, na qualidade de professores, já fazem parte do meio acadêmico. Acredita-se, nesse meio, que o ambiente acadêmico não está tomado pelo pensamento conservador, como afirmam Gros (2003, p.19) e Teixeira (2009, p.137), mas pelo pensamento estatizante e coletivista – outros rótulos para o socialismo e para o comunismo.

A se julgar a atuação do Instituto Millenium na internet em 2012 e as posições institucionais previamente elencadas, é possível rever o modelo de *advocacy think tank* desenhado pela organização em suas duas primeiras gestões. O reposicionamento do instituto não implica em abrir mão da divulgação de seu ideário e do exercício da influência junto aos meios de comunicação, pelo contrário; sua eficiência depende disso.

4. Os Jornais

Em um regime democrático liberal, a imprensa livre é chamada de “quarto poder” em função do seu papel como *alarme de incêndio*, isto é, de vigia sem poder de sanção penal. Para McGann e Weaver (2002) o papel midiático é importante para os analistas e

suas organizações. Da mesma forma, Denham e Garnett (1996) pontuam que os *think tanks* foram prestigiados, ao fim e ao cabo, não pelos políticos nem pelos economistas ou por eleitores, especificamente; mas pela mídia, o que contribuiu para que, após a vitória do Partido Trabalhista, surgissem centros de pesquisa de esquerda na Grã-Bretanha. A respeito da imprensa, os autores dizem: “O oxigênio da publicidade é essencial aos *think tanks*, e a habilidade de impressionar jornalistas com o valor de notícia de seus achados pode ao menos assegurar que estes sejam amplamente discutidos.” (DENHAM, GARNETT, 1996).

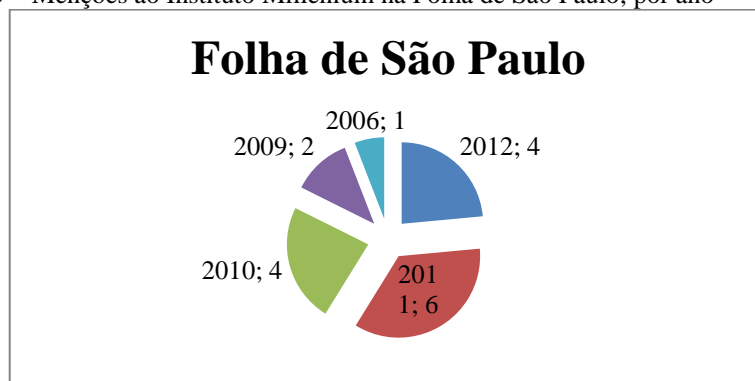
A cobertura midiática exerceria assim um papel importante ao permitir que os institutos divulguem efetivamente suas mensagens. Ao procurar a organização A ou B, o jornalista tem a certeza de tratar com um especialista; sabe que pode basear-se no que o outro diz, em decorrência de sua “autoridade intelectual”. Além disso, ao procurar um especialista indicado por *think tank*, o jornalista sabe de antemão qual deve ser sua posição face um dado tema – e esta tende a ser a mesma posição do jornalista ou do veículo por ele representado, de acordo com Abelson (ABELSON, 2009, p.85-87).

O Instituto Millenium tem atuado no sentido de desempenhar o papel de alarme de incêndio ou ainda de “conscientizador” na medida em que se posiciona acerca de arranjos institucionais com vistas a combater a corrupção, da mesma forma que repercute em seu portal notícias com essa temática; mas não se restringe a isso, ao repercutir temas e escândalos da prática política do país. No caso em estudo, foi possível verificar que as referências nominais ao Instituto Millenium nos três grandes veículos nos anos de 2006 a 2012 não o credencia a um papel destacado como fonte jornalística, apesar do número de inserções em matérias jornalísticas que o Imil divulgou em seu último Relatório de Atividades¹¹ (2011).

¹¹ Outros foram publicados, porém como filipetas promocionais, sem os detalhes dos relatórios anteriores.

Folha de São Paulo

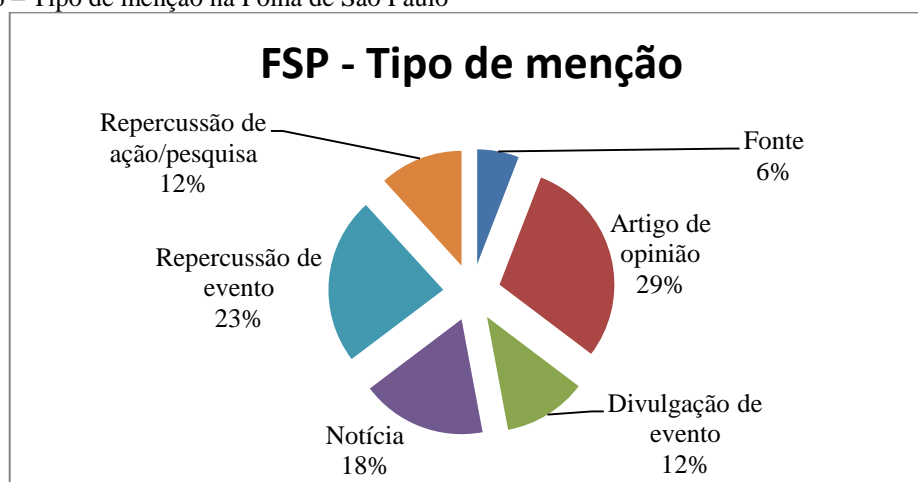
Figura 5 – Menções ao Instituto Millenium na Folha de São Paulo, por ano



Fonte: Folha de São Paulo. Pesquisa e elaboração: Luciana Silveira

Ao todo, o Instituto Millenium foi nominalmente citado na Folha de São Paulo dezessete vezes no período abril de 2006 a outubro de 2012, sem nenhuma referência no ano de 2007. Em duas dessas ocasiões, foram pequenas notas, noticiando as visitas à redação do então diretor e da atual diretora executiva da organização. O Globo e OESP não transformaram tais visitas em fatos noticiados nem mesmo em notas. Na dissertação que serve de base a este artigo é possível visualizar a exposição quantitativa e a análise das linhas editoriais dos jornais mencionados nessa seção, bem como a justificativa para a escolha desses diários, temas suprimidos deste *paper* em função do espaço limitado.

Figura 6 – Tipo de menção na Folha de São Paulo



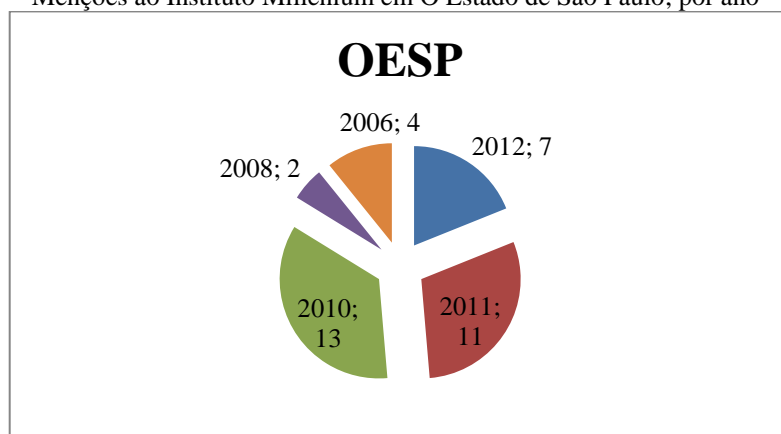
Fonte: Folha de São Paulo. Pesquisa e elaboração: Luciana Silveira

Dessas 17 menções – menos de 3 referências anuais – tem-se que em quase um terço dos casos (5 recorrências) houve publicação de artigo de opinião, 3 deles após o segundo semestre de 2011. Tais artigos não necessariamente condizem com a visão de mundo mantida pelos diretores dos respectivos jornais. No único caso em que houve

referência a um especialista do Instituto Millenium, tratava-se de uma nota pequena na coluna “Mercado Aberto” sobre qual livro a diretora executiva estava lendo na ocasião. Sob o rótulo “Repercussão de ação/pesquisa”, está a divulgação do fato-notícia “Dia da Liberdade de Impostos”.

O Estado de São Paulo

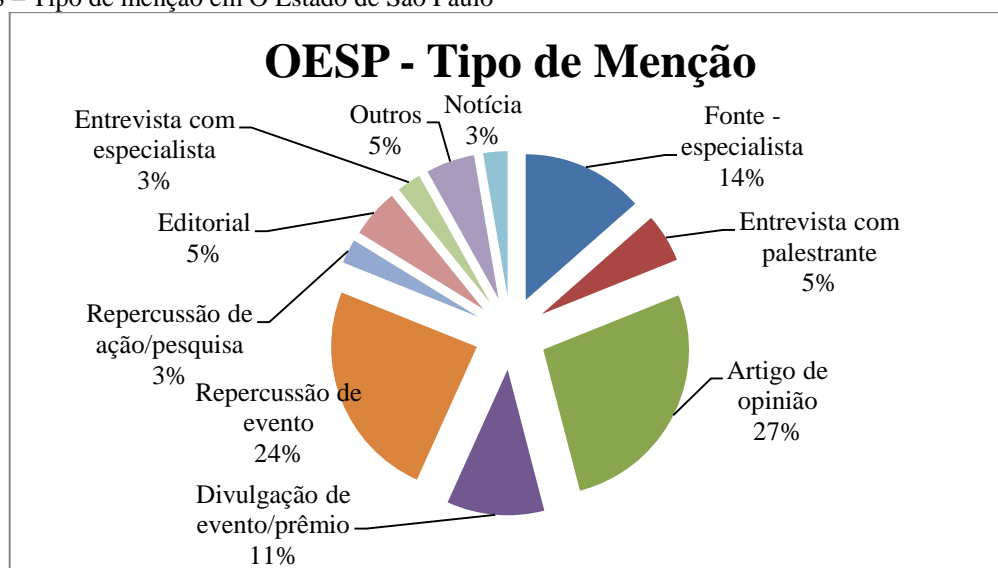
Figura 7 – Menções ao Instituto Millenium em O Estado de São Paulo, por ano



Fonte: O Estado de São Paulo. Pesquisa e elaboração: Luciana Silveira

O jornal OESP mencionou diretamente o Instituto Millenium 37 vezes em seis anos – em média, 6 referências anuais. Não foram encontradas referências nos anos de 2007 e de 2009. A maior atenção recebida foi em 2010 (“1º Fórum Democracia & Liberdade de Expressão” – FAAP/SP).

Figura 8 – Tipo de menção em O Estado de São Paulo



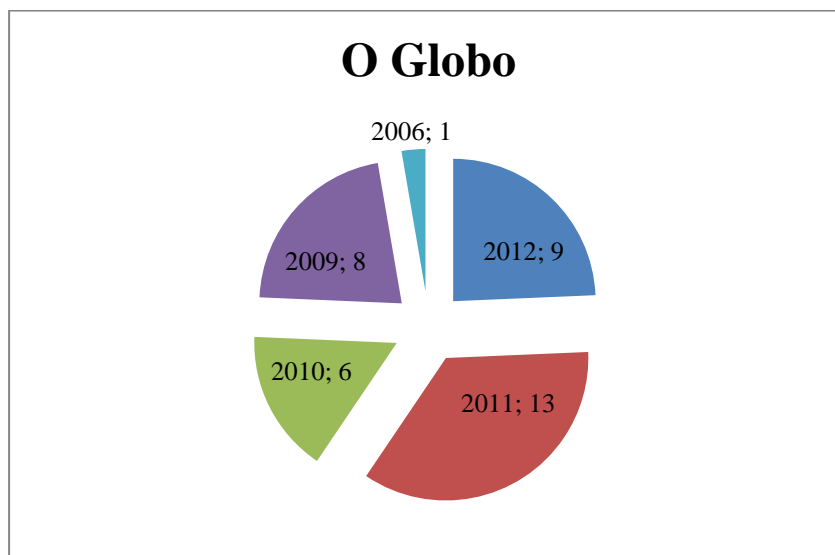
Fonte: O Estado de São Paulo. Pesquisa e elaboração: Luciana Silveira

Sob a rubrica “Outros”, estão duas notícias relacionadas a uma peça publicitária do instituto e sobre um almoço envolvendo um palestrante e a direção executiva em São Paulo. Das 13 referências diretas, 9 diziam respeito ao evento, incluindo nessa conta o editorial “Ameaça à liberdade de imprensa”.

De uma forma geral, foi possível perceber que o Instituto Millenium recebeu maior atenção do jornal OESP quando suas ações diziam respeito diretamente a São Paulo, não repercutindo eventos realizados em outras praças, como Rio de Janeiro, Porto Alegre e Belo Horizonte.

O Globo

Figura 9 – Menções ao Instituto Millenium em O Globo, por ano

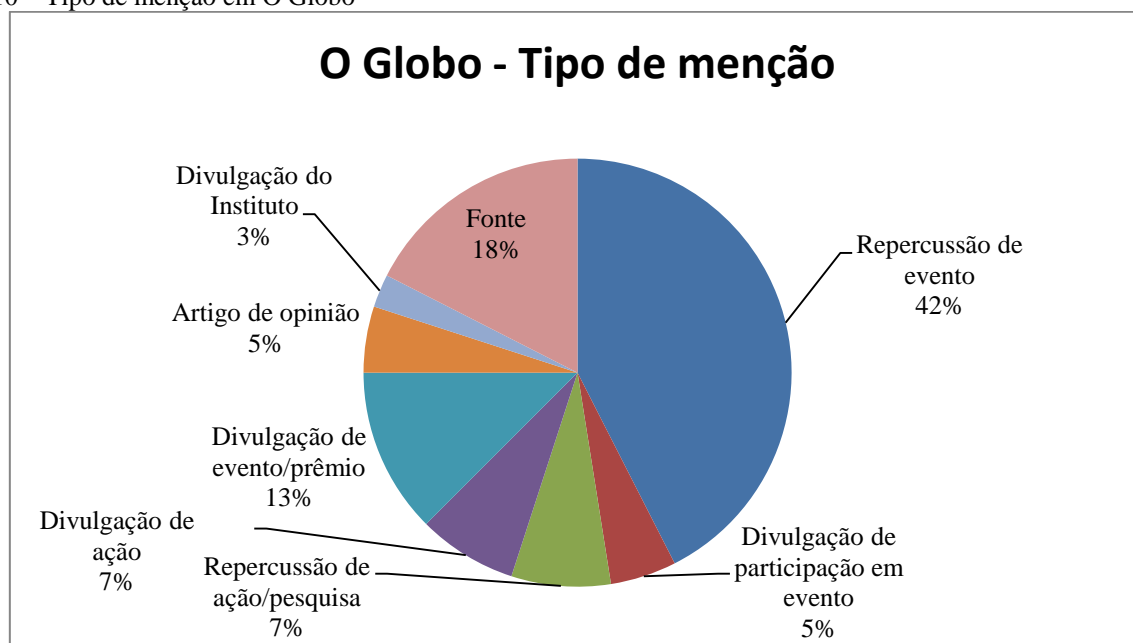


Fonte: O Globo. Pesquisa e elaboração: Luciana Silveira

Tendo em vista que O Globo (OG) e Instituto Millenium são sediados no Rio de Janeiro, seria de esperar que este diário apresentasse o maior número de referências a organização. Uma parcela expressiva de eventos organizados ou realizados em parceria pelo Imil acontece na capital fluminense; alguns de seus jornalistas e blogueiros abrigados no portal O Globo são convidados ou especialistas do Imil. Este universo de blogs em particular divulga e repercute eventos, ações, entrevistas concedidas ao portal do Millenium e campanhas como a do voto distrital. Tais referências podem ser encontradas em blogs como os de Merval Pereira, Ricardo Noblat, Renato Pacca e também no blog Bairros.com.

O gráfico anterior diz respeito apenas às referências do jornal O Globo, tal como foi possível acessá-las na rede: nesse caso, foram 37 menções, a exemplo das 37 referências de O Estado de São Paulo. Mas a qualidade dessas remissões também é diferente.

Figura 10 – Tipo de menção em O Globo



Fonte: O Globo. Pesquisa e elaboração: Luciana Silveira

O Globo (OG) foi o jornal que mais lançou mão de especialistas do Millenium como fonte para suas matérias – sete vezes. A qualidade da inserção variou de reportagem contando exclusivamente com pessoas ligadas ao Imil, caso de uma notícia sobre as ações afirmativas, até as reportagens com múltiplas fontes, dentre as quais, alguém relacionado ao Millenium. Ao menos uma vez o Millenium teve sucesso em emplacar uma pauta tradicionalmente sua, uma reportagem sobre a carga de impostos em produtos para uma típica festa julina, sempre se reportando às falas do especialista da organização. Convém pontuar que os especialistas do Imil passaram a figurar como fontes em OG a partir dessa reportagem, já na gestão da jornalista Priscila Pinto.

Não foram localizadas menções nos anos de 2007 em nenhum dos três diários pesquisados. Em se tratando de OESP, também no ano de 2009 não houve menção ao Instituto Millenium. As escassas referências ao instituto nos grandes veículos ao longo desses seis anos de atuação levam a crer que a melhor forma de inserção social da instituição são os eventos organizados.

Os números acima apresentados não incluem as colunas de pessoas vinculadas ao Instituto Millenium e publicadas pelo jornal – caso de Paulo Guedes, Rodrigo Constantino, Gil Castello Branco, Roberto da Matta, que são elencados como especialistas do Instituto Millenium na seção designada do site da instituição. Também não inclui os nomes que figuram na lista de convidados do site e que também são colunistas não só de OG, mas de outros veículos simultaneamente: Carlos Alberto di Franco, Rubens Barbosa, Nelson Motta, Demétrio Magnoli, Carlos Alberto Sardenberg, Merval Pereira (estes dois últimos, exclusivos das Organizações Globo). Nesse caso, a presença do Imil no jornal poderia ser considerada ainda maior.

Uma vez que o objetivo declarado do Millenium é o de ceder fontes jornalísticas (e também de formá-las por meio de palestras em redações), mas não necessariamente ter seu nome divulgado nos meios de comunicação, pode-se afirmar que esses números de inserção nos três principais jornais de circulação nacional não sinalizam um fracasso. A estratégia de “ceder fontes” permite à instituição isentar-se das opiniões emitidas por seus especialistas, a exemplo do que faz com os artigos publicados em seu portal, ao mesmo tempo em que essas pessoas divulgam os valores centrais da organização posto que possuem alguma afinidade com tais valores. O Instituto Millenium tem alcançado seu propósito.

Mais do que influenciar a pauta da grande imprensa – algo que, diretamente, por meio de suas ações, a organização não consegue fazer – o Instituto Millenium funciona como uma câmara de eco, reverberando o que segue nos veículos de comunicação compatíveis com seu alinhamento: um liberalismo moderado que não encontra correspondência exata, de 100%, nas páginas dos grandes jornais, que podem ser: prioritariamente institucionalista (caso da Folha de São Paulo); conservador (caso de O Estado de São Paulo); ou liberal econômico (O Globo), sendo este último o que mais se aproxima do ideário defendido pelo centro de pensamento.

Acertadamente, ao contrário do público leitor da Folha de São Paulo, de alto padrão de renda, de escolaridade e idade média de 40,3 anos (FSP, 2000) e do público A e B de O Globo (segundo a própria Agência O Globo), o foco do Millenium é o cliente jovem, ainda em formação, que prefere se engajar em outras formas de participação política que não as tradicionais formas de organização, como partido político e sindicato.

Em algumas camadas, a política é vista com cinismo e descrédito, especialmente quando acompanhada exclusivamente pelo noticiário de jornais, rádio e televisão e não pela práxis cotidiana.

O Instituto Millenium é o ponto de convergência entre banqueiros, industriais, empresários de comunicação e acadêmicos, apto a exercer maior influência do que as páginas dos jornais, sobre um público mais jovem e em formação, seguindo as pegadas dos institutos liberais do decênio de 1990. Não por acaso, o Millenium tem entre seus comunicadores/especialistas, jornalistas; e entre seus conselheiros, representantes dos grandes meios de comunicação. Além disso, a entidade goza de um alegado apartidarismo e neutralidade axiológica conferidos pela titulação como OSCIP, a qual nenhum veículo de comunicação hoje pode supor desfrutar.

5. Considerações Finais

Alguns autores que se ocupam do estudo de *think tanks* no âmbito das Políticas Públicas e da Ciência Política apontam a existência dessas instituições como uma demonstração salutar da sociedade civil organizada. Esse pensamento desejoso da participação política cidadã pode ser remontado, no mínimo, à obra clássica “Democracia na América”, de Alexis de Tocqueville no século XIX, para quem o associativismo civil naquela nação seria responsável pela manutenção da liberdade. Essa tradição de pensamento das virtudes cívicas com ênfase no aspecto cultural se mantém com Almond e Verba nos anos 60 (“The Civic Culture”) e com Putnam (“Comunidade e democracia”) e seu capital social nos anos 90. Mas a multiplicidade de formatos possíveis para uma organização *think tank*, com seus apelos de neutralidade científica e objetividade, não comprova a suposta vitalidade da sociedade civil na China, por exemplo, país que conta com organizações semelhantes; antes, a suposta neutralidade serve escamotear posicionamentos políticos, legitimando-os como se fossem posições puramente técnicas. A concentração de atores na paisagem dos *think tanks* liberais no Brasil tampouco demonstra a vitalidade da sociedade civil; ela sugere a existência de baixa circulação nas elites que tomam a iniciativa de fundar e patrocinar uma instituição do gênero, mas também naquelas supostas a se filiar ideologicamente a elas; isso é verificável ao olhar o cenário de novas organizações que tem surgido, particularmente nos últimos três anos. A pluralidade nos quadros de direção é aparente: são nomes que se vinculam a mais de uma

organização, mas isso também não possibilita que se afirme categoricamente a inexistência de participação de base nessas associações.

Os valores defendidos pelo Instituto Millenium em sua carta de princípios, linha editorial e “missão, visão, valores” correspondem a uma vertente de liberalismo que não considera a existência do Estado um entrave *per se*, mas parte da premissa de que o aparelho estatal deve ser otimizado, tornando-se um *eficiente* prestador de serviços à sua clientela pagadora de impostos. Tal Estado não deve interferir diretamente nos mercados e nem na sociedade, o que configuraria assistencialismo; sua classe política deve estar sob escrutínio constante, a fim de que o populismo e o messianismo não vicejem. Para o Instituto Millenium, não há conflito quando pessoas ou entidades parceiras têm posicionamentos divergentes, sempre e desde que comunguem dos valores e princípios que estão subsumidos nos quatro valores principais (democracia, economia de mercado, estado de direito [sic] e liberdade): direito de propriedade, liberdades individuais, livre iniciativa, afirmação do individualismo, meritocracia, transparência, eficiência, democracia representativa e a igualdade perante a lei.

Por meio das definições destes valores é possível compreender que o Instituto Millenium qualifica-se como uma organização liberal sob os pontos de vista político e econômico, mas preocupada com o tamanho e o papel do Estado especialmente no que toca a carga tributária, a corrupção dos agentes públicos seguindo as premissas do Consenso de Washington e a responsabilização dos agentes nas transgressões à norma, sem, no entanto, avaliar as condições estruturais da prática política brasileira.

O Instituto Millenium desempenha tripla função: a) como um repositório de fontes acessíveis aos meios de comunicação, alinhadas com valores específicos e que servem de alternativa aos departamentos acadêmicos nos quais a imprensa recruta suas fontes, no que se aproxima a uma agência de mídia; b) como um elo entre empresários, especialistas e estudantes, por meio de seus seminários e demais eventos; c) como um *clipping* de temas abordados pela imprensa, reproduzidos em artigos e reportagens no portal da instituição. Apesar da presença constante de seus especialistas em veículos de comunicação, não é possível dizer que o Millenium influencia os meios de comunicação, uma vez que ideias liberais já se encontravam presentes nos jornais. Mas tampouco seria uma aposta no escuro afirmar que a atuação do Instituto é complementar ao trabalho dos

jornais e revistas, na medida em que concentra a republicação de conteúdo específico, potencializando uma mensagem que aparece diluída nas páginas dos grandes jornais. Há um sistema que se retroalimenta: especialistas do Milênio precisam dos meios de comunicação para difundir suas visões de mundo e os meios de comunicação precisam de fontes para legitimar esta ou aquela posição.

Referências

ABELSON, Donald. *Do Think tanks Matter? Assessing the Impact of Public Policy Institutes*. Québec: McGill-Queen's University Press, 2009

ALMOND, Gabriel A. VERBA, Sidney. *The Civic Culture – Political Attitudes and Democracy in Five Nations*. Boston: Little, Brown and Co., 1963

ANDRADE, Patrícia Carlos de. LEIS, Hector. VIOLA, Eduardo. *Revolucionando a agenda política*. SP: O Estado de São Paulo, 13 de abril de 2005. Disponível em: <http://goo.gl/2nR5g>. Acesso em 20 de maio de 2012.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. RJ: Zahar, 1997

_____. *A Distinção – Crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp, 2006.

DENHAM, Andrew. GARNETT, Mark. *The Nature and Impact of Think tanks in Contemporary Britain* in: KANDIAH, M.D; SELDON, A: *Ideas and Think tanks in Contemporary Britain*, volume 1. London: Frank Cass & Co., 1996

_____. *British think-tanks and the climate of opinion*. London: UCL, 1998.

GROS, Denise B. *Institutos liberais, neoliberalismo e políticas públicas na Nova República*. Rev. bras. Ci. Soc., São Paulo, v. 19, n. 54, Feb. 2004 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092004000100009&lng=en&nrm=iso>. access on 16 Sept. 2010.

INFORMATIVO. Número 1, RJ: Instituto Millenium, 2008.

INGLEHART, Ronald. WELZEL, Christian. *Modernization, Cultural Change and Democracy – The Human Development Sequence*. NY: Cambridge, 2005

LUHMANN, Niklas. *A realidade dos meios de comunicação*. São Paulo: Paulus, 2005

MCGANN, James G. WEAVER, R. Kent. *Think tanks and Civil Societies in a Time of Change* in: MCGANN, James G. WEAVER, R. Kent: *Think tanks and Civil Societies*. USA, UK: Transaction Publishers, 2002.

MEDVETZ, Tom. *Think Tanks as na Emergent Field*. New York: Social Research Concl, 2008.

MILLENIUM em Revista. 1ª a 20ª edição. Podcasts (áudio) do Instituto Millenium. Julho de 2011 a Novembro de 2012.

MINISTÉRIO da Justiça. Cadastro Nacional de Entidades de Utilidade Pública – CNE. Relatório Circunstanciado. Disponível para consulta em: <http://goo.gl/jw5LN>. Acesso em 28 de junho de 2012.

MOISÉS, José Alvaro. Civic Culture. USP, 2011, mimeo.

PUTNAM, Robert D. Tuning In, Tuning Out: The Strange Disappearance of Social Capital in America. PS Political Science and Politics, Vol. 28, No. 4, Dezembro, 1995, pp. 664-683.

RELATÓRIO de Atividades 2009-2010. RJ: Instituto Millenium, 2011.

RELATÓRIO de Atividades 2011. RJ: Instituto Millenium, 2011.

RIGOLIN, Camila Carneiro Dias. HAYASHI, Maria Cristina P. Innocentini. Por dentro dos “reservatórios de ideias”: uma agenda de pesquisa para os *think tanks* brasileiros. Liinc em Revista, v.8, nº1, março, 2012, Rio de Janeiro.

SILVEIRA, Luciana. Fabricação de ideias, produção de consenso: estudo de caso do Instituto Millenium. 05-04-2013. 206f. Dissertação (Mestrado Sociologia). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2013. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000905162>

SMITH, James Allen. The Idea Brokers – Think Tanks and the Rise of the New Policy Elite. Toronto: Free Press, 1991

STONE, Diane. *Think tanks* Across Nations: The New Networks of Knowledge Japan: NIRA Review, Winter, 2000

TEIXEIRA, Tatiane. Os *Think tanks* e sua influência na política externa dos EUA. RJ: UFF, Revan, 2007